Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações ("Companhia"), constituída como uma "sociedade anônima" domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4) tem por objeto, a) industrialização, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b) participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e, e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas na Argentina, Chile, México, China, Alemanha, Estados Unidos e África do Sul.

Combinação de negócios

Aquisição de participação societária em 2011 - Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda

Em 31 de outubro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda. localizada no município de Chapecó (SC) que atua na fabricação de implementos rodoviários. Essa aquisição faz parte da estratégia de crescimento do Grupo Randon, que busca destinar investimentos para o fortalecimento de segmentos específicos, em pólos regionais, visando consolidar ainda mais sua presença no mercado doméstico.

A partir de 1° de novembro de 2011, a empresa teve sua razão social alterada para Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. ("Brantech").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia—Continuação

Combinação de negócios—Continuação

Aquisição de participação societária em 2011 - Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda — Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Brantech na data de aquisição é apresentada a seguir:

	Valor Contábil Anterior	Valor Justo na Aquisição (Ajustado)
Ativo imobilizado	4.020	19.271
Caixa e equivalente de caixa	286	286
Contas a receber	4.556	4.556
Estoques	2.711	2.711
Impostos a recuperar	2.355	2.355
Outros ativos	111	111
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre valor justo	-	(5.185)
Outros passivos	(5.012)	(5.012)
Total de ativos identificáveis líquido	9.027	19.093
Valor da contraprestação	(18.930)	(18.930)
(Ágio) Deságio (compra vantajosa)	(9.903)	163

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi feita com base numa avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a Companhia contratou uma avaliação independente dos ativos tangíveis e intangíveis de propriedade da Brantech; entretanto, esta avaliação não havia sido concluída quando da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração.

A avaliação dos ativos tangíveis representados substancialmente por terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos foi concluída em 05 de março de 2012 e indicou que o valor justo na data de aquisição era de R\$19.271, ou seja, um incremento de R\$15.251 em relação ao valor preliminar.

No exercício de 2012 a Brantech contribuiu para a Companhia com receitas de R\$86.574 e lucro de R\$2.423.

O deságio (compra vantajosa) representa o ganho apurado sobre a mais valia dos ativos tangíveis após a conclusão da avaliação independente a valor justo em relação ao valor da contraprestação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia—Continuação

Combinação de negócios—Continuação

Aguisição de participação societária em 2012 - Freios Controil Ltda.

A Companhia, através de sua controlada Fras-le S.A., adquiriu, em 1º de janeiro de 2012, 99,99% das quotas representativas do capital social da Freios Controil Ltda. ("Controil"), empresa que atua na fabricação de autopeças, com foco principal em componentes para freios. A aquisição teve como objetivo principal ampliar e diversificar o portfólio de seus produtos junto aos seus clientes domésticos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Controil na data de aquisição, avaliado por empresa independente, é apresentado a seguir:

_	Valor Justo na Aquisição
Ativo imobilizado	53.386
Caixa e equivalente de caixa	845
Contas a receber	14.885
Estoques	15.606
Impostos a recuperar	1.059
Intangível	1.405
Outros ativos	5.692
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre valor justo	(6.650)
Fornecedores	(5.052)
Instituições financeiras	(51.729)
Provisão para litígios	(4.100)
Outros passivos	(8.233)
Total de ativos identificáveis líquido	17.114
Valor da contraprestação	(10.000)
Deságio (compra vantajosa)	7.114

Na data da aquisição, foi identificado e registrado um passivo contingente adicional no valor de R\$1.968, resultante de riscos trabalhistas não provisionados anteriormente. Na data do balanço, o passivo contingente foi reacessado e determinou-se o montante de R\$1.968, o qual é baseado no resultado provável esperado.

Desde a data da aquisição, a Controil contribuiu para a controlada Fras-le S.A. com receitas de R\$100.354, e prejuízos de R\$5.839.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia—Continuação

Aquisição de participação societária em 2012—Continuação

Freios Controil Ltda.—Continuação

O deságio (compra vantajosa) apurado representa substancialmente o ganho apurado sobre a mais valia dos ativos tangíveis em relação ao valor da contraprestação paga.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 08 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras— Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

	Percentual de participação)
-	2012		20)11
_	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Randon Argentina S.A. (a)	99,99	_	99,99	_
Randon Middle East (a)	100,00	_	100,00	-
Randon Automotive Ltda. (a)	100,00	-	100,00	-
Randon Maghreb S.A.R.L. (a)	100,00	-	100,00	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)	99,99	-	99,99	-
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b)	99,99	-	99,99	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b)	51,00	-	51,00	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.(b)	51,00	-	51,00	-
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.(b)	22,88	27,12	22,88	27,12
Randon Administradora de Consórcios Ltda. (b)	99,57	-	99,57	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (b)	99,99	-	99,99	-
Randon Investimentos Ltda.(b)	99,99	-	99,99	-
Fras-le S.A.(b)	45,22	-	45,22	-
Fras-le Argentina S.A. (a)	6,00	94,00	6,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	-	100,00	-	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	-	99,00	-	99,00
Fras-le Europe (a)	-	100,00	-	100,00
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (a)	-	100,00	-	100,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	-	99,66	-	99,66
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)		100,00	-	100,00
Freios Controil Ltda. (d)	-	99,99	-	-
Fras-le Middle East (c)	-	100,00	-	-

⁽a) Sociedade controlada no exterior.

⁽b) Sociedade controlada no país.

⁽c) Sociedade controlada no exterior da Fras-le S.A., constituída em maio de 2012.(d) Sociedade da controlada Fras-le S.A., adquirida no país em janeiro de 2012

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis -- continuação

2.2 Base de consolidação -- continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.3 Combinação de negócios —Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.4 Reconhecimento de receita -- continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira — Continuação

ii. Empresas Randon

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

2.7 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.25. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5i.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.8 Contas a receber de clientes — Continuação

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da sequinte forma:

Matérias primas — custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> — custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.10 Cotas de consórcio

Avaliado pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.11 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve perda sobre investimentos de controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.12 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Intervalo de vida útil
Edificações	40 a 60 anos
Instalações	20 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 19 anos
Ferramentas	3 a 10 anos
Veículos	7 a 15 anos
Móveis e utensílios	10 a 20 anos
Equipamentos de informática	4 a 8 anos
Direito de uso de subestação de energia	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.12 Imobilizado—Continuação

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.13 Arrendamentos mercantis

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de alugueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.14 Ativos intangíveis—Continuação

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.17 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.17 Provisões—Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os mesmos são reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.18 Tributação—Continuação

Impostos sobre vendas—Continuação

As receitas de vendas e serviços no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas		
	Controladora	Consolidado	
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%	7% a 25%	
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 20%	0 % a 20%	
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%	0% a 10,8%	
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%	0% a 2,3%	
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%	2% a 5%	

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados reduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.18 Tributação—Continuação

Impostos diferidos—Continuação

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.18 Tributação—Continuação

Impostos diferidos—Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

2.19 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.20 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada — contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.21 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.22 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.23 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.24 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

Mensuração subsequente—Continuação

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

Mensuração subsequente—Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge—Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Controlada Fras-le S.A. utiliza o registro de derivativos como *hedge accounting*, classificados na modalidade de *Hedge* de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedge*s sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar a sua efetividade ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge—Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis—Continuação

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge—Continuação

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou separado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.27 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Estimativas e premissas—continuação

Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 11.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- continuação

Estimativas e premissas—continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais medidas quando as mesmas entrarem em vigor.

- <u>IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras</u>: Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa necessária.
- <u>IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros:</u> Clarifica a compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- <u>IFRS 7 Instrumentos Financeiros:</u> Compensação entre ativos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros — Revisões da IFRS 7. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

<u>Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012</u> — Continuação

- <u>IFRS 9 Instrumentos Financeiros Classificação e Mensuração:</u> O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 Divulgações de participação em outras entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente contidas na IAS 27 relativas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Essas divulgações se referem às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, coligadas e entidades estruturadas. Algumas novas divulgações são também requeridas, contudo não têm nenhum impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 Mensuração de Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação para fins das IFRS para todas as mensurações de valor justo. A IFRS 13 não muda quando uma entidade é requerida a usar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo segundo as IFRS quando valor justo é requerido ou permitido. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que essa norma terá sobre a sua posição financeira e desempenho contudo, com base nas análises preliminares, nenhum impacto material é esperado. Essa norma se aplica a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consol	
	BRGAAP		IFR	lS .
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	325	4.562	13.371	29.769
Aplicações financeiras	556.178	276.954	841.884	706.422
	556.503	281.516	855.255	736.191

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 80,0% e 108,0% (90,0% a 105,0% em 31 de dezembro de 2011) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

6. Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

	_	Contro BRG			olidado RS
Aplicação	Remuneração	2012	2011	2012	2011
	101,3% a 108,0%				
CDB	do CDI	92.503	229.873	239.143	350.043
CDB	100,0% do CDI	-	-	5.040	17.916
		92.503	229.873	244.183	367.959

Os vencimentos das operações acima estão programados para ocorrerem entre 90 e 330 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes

	Controladora BRGAAP		Consolidado	
			IFR	S
	2012	2011	2012	2011
Circulante:				
No País	271.863	193.677	675.561	530.434
de terceiros	191.743	170.554	675.561	530.434
parte relacionada	80.120	23.123	-	-
No exterior	56.336	48.480	122.028	112.907
de terceiros	43.797	41.493	122.028	112.907
parte relacionada	12.539	6.987	-	-
	328.199	242.157	797.589	643.341
Menos:				
Vendor	(9.872)	(7.008)	(11.277)	(7.008)
Ajuste a valor presente	(1.342)	(2.501)	(1.887)	(4.242)
Provisão para créditos de liquidação			(()	
duvidosa	(10.016)	(10.047)	(20.170)	(15.596)
	306.969	222.601	764.255	616.495

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prazos médios de recebimentos para o mercado interno são de 38 e 42 dias respectivamente, e para o mercado externo 42 e 61 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora BRGAAP		Consol	idado
			IFRS	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(10.047)	(14.407)	(15.596)	(17.868)
Adições	(4.054)	(7.046)	(13.541)	(9.818)
Baixa / realizações	4.085	11.406	8.967	12.090
Saldo no final do exercício	(10.016)	(10.047)	(20.170)	(15.596)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Control	Controladora BRGAAP		idado
	BRGA			S
	2012	2011	2012	2011
A vencer	227.830	164.712	563.946	484.113
De 1 a 30 dias	62.129	57.667	151.479	106.896
De 31 a 60 dias	17.055	9.673	40.782	19.316
De 61 a 90 dias	5.763	826	13.427	5.159
De 91 a 180 dias	3.951	1.968	9.365	12.574
Acima de 181 dias	11.471	7.311	18.590	15.283
Total	328.199	242.157	797.589	643.341

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

Produtos acabados (ao custo ou valor realizável líquido)
Produtos em elaboração (ao custo)
Matérias-primas (ao custo)
Materiais diversos
Provisão para estoques obsoletos
Adiantamentos a fornecedores
Importações em andamento

Contro	ladora	Consolidado	
BRGA	NAP	IF	RS
2012	2011	2012	2011
26.721	61.865	117.191	184.249
51.986	35.796	110.509	95.044
70.593	116.552	185.266	229.732
41.073	25.239	79.592	53.304
(2.595)	(347)	(4.823)	(1.586)
9.030	1.134	18.789	6.499
15.387	2.163	26.774	24.068
212.195	242.402	533.298	591.310

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	(347)	(2.124)	(1.586)	(5.308)
Adições Recuperações/ realizações	(2.458) 210	(374) 2.151	(6.109) 2.872	(3.774) 7.496
Saldo no final do exercício	(2.595)	(347)	(4.823)	(1.586)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
·	2012	2011	2012	2011
ICMS (a)	5.143	16.920	44.307	53.074
IPI (b)	37.644	20.795	46.937	28.810
Imposto de renda e contribuição social (c)	36.878	23.459	44.349	31.019
COFINS (d)	6.095	10.634	21.960	23.511
PIS (d)	1.336	2.341	4.756	5.139
Imposto sobre valor adicionado (e)	-	-	22.768	16.056
Outros	5.250	70	12.359	11.876
Total	92.346	74.219	197.436	169.485
(-) Circulante	85.254	66.993	169.802	151.148
Não circulante	7.092	7.226	27.634	18.337

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c) Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d) PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e) Imposto sobre valor adicionado

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar pela controlada Randon Argentina S.A..

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas

Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas controladas e demais partes relacionadas são apresentadas a seguir:

		Ativo			Passivo	
	Contas a receber por vendas	Mútuo a receber (CP+LP)	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar (CP+LP)
Master Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 2012 Saldo 2011	14 101	<u>-</u> -	7.111 6.044	1.305 2	- 55	· ·
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	522 3.826	<u>-</u> -	3.904 6.744	150 5	- 98	:
Fras-le S.A.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	354 235	<u>.</u> -	1.619 3.189	1.490 94	:	:
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 2012 Saldo 2011	212 1.140	<u>.</u>	3.411 2.362	110 15	Ī	
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	56.157 16.270	<u>-</u> -	<u>-</u>	1.896 413	- 95	-
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b) e (e) Saldo 2012 Saldo 2011	22.837 1.247	:	:	:	:	:
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	20 287	:	:	- 36	<u>.</u>	
Fras-le Argentina S.A.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	122 -	:	97 97	:	:	:
Randon Argentina S.A.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	12.416 6.987	- -	-	190	:	:
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	5 17	:	- 2.104	:	:	:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas—Continuação

	Ativo			Passivo			
- -	Contas a receber por vendas	Mútuo a receber (CP+LP)	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar (CP+LP)	
Randon Maghreb S.A.R.L (b) e (f) Saldo 2012 Saldo 2011	<u>:</u>	<u>-</u> 149	 -	<u>-</u> -	Ī	<u>-</u>	
DRAMD Participações e Administração Ltda. (a) Saldo 2012 Saldo 2011	-		-	-	-	- 15.155	
Ravimia Corretora de Seguros Ltda.(c) Saldo 2012 Saldo 2011	<u>-</u> -	<u>-</u> -	-	<u>-</u>	<u>-</u>	- 1.587	
Randon Investimentos S/A (b) Saldo 2012 Saldo 2011	:	12 10	-		-	-	
Outras partes relacionadas (c) Saldo 2012 Saldo 2011	205 122	<u>-</u>	-	11 97	<u>-</u>	8.389 * 12.534*	
Total	92.864 30.232	12 159	16.142 20.540	5.152 662	- 248	8.389 29.276	

^(*) No consolidado o saldo de outras partes relacionadas foi de R\$16.779 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2011).

	Transações				Prazo médio		
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimento	Pagamento	
Master Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 2012 Saldo 2011	4.254 6.896	22.198 25.834	<u>.</u>	<u>-</u>	12 22	7 3	
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b) Saldo 2012 Saldo 2011	14.690 32.020	42.404 44.179	<u>-</u> -	<u>-</u> -	12 45	5 4	
Fras-le S.A.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	4.753 5.164	8.339 1.854	<u>-</u>	-	36 41	14 7	
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 2012 Saldo 2011	9.324 16.319	204.880 238.505	<u>-</u>	-	19 63	5 3	
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	188.367 213.725	7.341 43.396	<u>-</u>	- 16	68 83	9 2	
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b) e (e) Saldo 2012 Saldo 2011	31.845 968	5.401 -	23	<u>-</u>	116 10	9	
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	544 867	71 -	- 370	- 251	16 15	1 13	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações			Prazo médio		
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimento	Pagamento
Randon Argentina S.A.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	18.250 23.451	<u>-</u> -	- -	<u>.</u>	235 48	26
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	859 1.132	<u>-</u> -	-	<u>-</u> -	8 7	1 17
Banco Randon S.A. Saldo 2012 Saldo 2011	172 -	-	1 -	-	-	-
Randon Maghreb S.A.R.L (b) e (f) Saldo 2012 Saldo 2011	-	371 146	- 6	9	<u>.</u>	<u>-</u> -
Randon Middle East.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	<u>.</u>	178 627	<u>-</u> -	- -	<u>-</u>	<u>-</u> -
Randon Automotive Ltda.(b) Saldo 2012 Saldo 2011	<u>-</u>	1.321 1.457	- -	<u>-</u>	-	<u>-</u>
DRAMD Participações e Administração Ltda. (a) Saldo 2012 Saldo 2011	-	-	-	233 3.308	<u>.</u>	-
Ravimia Corretora de Seguros Ltda.(c) Saldo 2012 Saldo 2011	<u>-</u> -	- -	<u>-</u> -	43 158	- -	<u>-</u> -
Fras-le Argentina S.A. (b) Saldo 2012 Saldo 2011	215 183	<u>-</u>	<u>.</u>	<u>-</u>	61 61	<u>-</u>
Outras partes Relacionadas (c) Saldo 2012 Saldo 2011	2	23	15 26	848 1.607	-	<u>-</u> -
Total Saldo 2012 Saldo 2011	273.275 300.725	292.527 355.998	39 402	1.133 5.340	- - -	

⁽a) Sociedade controladora direta e final da Companhia;

⁽b) Empresas controladas de forma direta e indireta pela Companhia;

⁽c) Outras partes relacionadas — saldos de mútuos a receber e a pagar mantidos junto a diretores, gerentes, membros do conselho de administração entre outras partes relacionadas;

⁽d) As empresas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda. e Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. possuem operações com seus respectivos quotistas, Arvin Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e outras empresas do grupo empresarial Arvin Meritor;

⁽e) Empresa controlada adquirida em 2011;

⁽f) Empresa controlada constituída em 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas—Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as operações de vendas com as empresas do grupo Arvin Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda., de R\$112.283 (R\$153.669 em 31 de dezembro de 2011) e na Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. o montante de R\$102.213 (R\$128.103 em 31 de dezembro de 2011). As transações comerciais praticadas com estas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento à vista não são praticados juros.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas—Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração das Empresas Randon

A Companhia definiu como pessoal chave, o conselho de administração, a diretoria estatutária, o conselho fiscal, a diretoria não estatutária da Companhia e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como seque:

Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)
Benefícios pós emprego – contribuições para Randonprev
Total

Contro	ladora	Consoli	idado
BRG	AAP	IFR	S
2012	2011	2012	2011
17.799	17.546	30.342	28.871
623	594	1.168	1.102
18.422	18.140	31.510	29.973

A Companhia não pagou às suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas durante o exercício montaram R\$1.941 (R\$1.803 em 2011).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2012 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício liquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	שאטאט
	2012
Despesa líquida com benefícios (reconhecida no	
custo de vendas)	
Custo do serviço corrente	279
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	377
Rendimento esperado dos ativos do plano	(953)
Despesa líquida com benefícios	(297)
Rendimento real dos ativos do plano	(986)

	Controladora BRGAAP		olidado FRS
2012	2011	2012	2011
279	365	818	993
377	382	945	929
(953)	(840)	(2.397)	(2.039)
(297)	(93)	(634)	(117)
(986)	(840)	(1.860)	(2.037)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários— Continuação

Ativo (passivo) de benefícios

	Contro	Controladora BRGAAP		solidado
	BRO			FRS
	2012	2011	2012	2011
Obrigação com benefícios definidos	(5.042)	(3.772)	(11.938)	(9.156)
Valor justo dos ativo do plano	5.447	7.470	12.899	18.132
Ajuste devido	-	(1.697)	-	(3.945)
Ativo de benefícios	405	2.001	961	5.031

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
Obrigação com benefício definido em 1º de janeiro de 2011	(3.842)	(9.280)
Custo de juros	(382)	(916)
Custo do serviço corrente	(365)	(1.002)
Benefícios pagos	175	346
Ganhos atuariais sobre obrigações	642	1.698
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2011	(3.772)	(9.154)
Custo de juros	(279)	(771)
Custo do serviço corrente	(377)	(913)
Benefícios pagos	231	466
Perdas atuariais sobre obrigações	(845)	(1.566)
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2012	(5.042)	(11.938)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
_	BRGAAP	IFRS
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro de 2011	6.839	16.520
Retorno sobre o investimento	840	2.037
Contribuição do empregador	349	889
Benefícios pagos	(175)	(346)
Ganhos atuariais sobre obrigações	(383)	(968)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011	7.470	18.132
Retorno sobre o investimento	986	1.760
Contribuição do empregador	335	844
Benefícios pagos	(231)	(466)
Valores transferidos	(3.113)	(7.371)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	5.447	12.899
- Valor justo dos ativos do piano em or de dezembro de 2012	0.441	12.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários— Continuação

O Companhia espera contribuir com R\$1.900 aos seus planos de previdência com beneficio definido em 2013. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

Ações Títulos

Contro	ladora	Cons	olidado	
BRGAAP		IFRS		
2012	2011	2012	2011	
1.609	1.860	3.810	4.515	
3.838	5.610	9.089	13.617	
5.447	7.470	12.899	18.132	

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2012	2011	
	%	%	_
Taxa de desconto Rendimento esperado dos ativos do plano Taxa de crecimento salarial Taxa de crescimento de benefícios Expectativa de vida em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos: Brasil	8,62 12,67 7,64 4,50	10,29 12,24 7,64 4,50	
Homens Mulheres	24,59 27,42	24,59 27,42	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

Composição dos saldos

	Contro	oladora	Conso	lidado
	BRG	AAP	IFI	₹S
	837.633 - (839) (449)	2011	2012	2011
Participação em empresas controladas	837.633	817.196	-	_
Participação de outras empresas nas controladas	-	-	63.115	71.308
Lucro não realizado nos estoques	(839)	(1.124)	-	-
Lucros não realizados em imóveis	(449)	-	-	-
Outros investimentos	2.464	1.305	3.232	2.396
Ágio na aquisição de investimentos	-	9.903	-	-
Provisão para desvalorização dos investimentos				
mantidos ao custo	(883)	(883)	(1.514)	(1.514)
	837.926	826.397	64.833	72.190

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Contro	ladora	Consol	idado
	BRG	AAP	IFR	S
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	826.397	663.713	72.190	59.757
Adições	13.659	80.165	1.900	12.830
Ágio na aquisição de investimentos	-	9.903	-	-
Equivalência patrimonial	70.116	142.481	_	_
Variação cambial das investidas	(219)	2.142	_	_
Passivo a descoberto	11	15	_	_
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(73.056)	(69.909)	-	-
Baixas	-	(221)	(9.257)	(397)
Lucro não realizado nos estoques Lucro não realizado em imóveis	285 (449)	(911)	-	-
Resultado abrangente sobre investidas	1.182	(981)	-	-
Saldos no final do exercício	837.926	826.397	64.833	72.190

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos—Continuação

Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investiment os Ltda.	Randon Middle East	Randon Automotive Ltda.	Randon Maghreb S.A.R.L.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Perda com Investimentos - Aumento de participação	157.630	61.868 -	156.012 -	27.666 -	174.551 -	48.309	9.221 -	18.314 -	127.562	35.239 -	87	52	- (15)	685	817.196 (15)
Societária - Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	(4.952)	(17.335)	(40.312)	(7.698)	-	(2.759)	-	- -	-	12.500	-	- -	-	-	12.500 (73.056)
 Ajustes de avaliação patrimonial Resultados abrangentes Transferência por conclusão 	692 1.052	20	- 56	7	- 26	- 10	-	(870)	- 11	-	8 -	2 -	11 -	(62)	(219) 1.182
do processo de alocação do PPA da Brantech - Equivalência patrimonial - Passivo a descoberto de	11.432	- 10.091	- 27.374	7.906	4.730	- 8.771	9.903 2.552	- 826	(4.032)	- 239	(95)	- 24	(22)	320	9.903 70.116
controlada Saldos em 31 de dezembro de 2012	165.854	54.644	143.130	27.881	179.307	54.331	21.676	18.270	123.541	47.978	-	- 78	26 -	943	26 837.633

Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia recebeu de controladas juros sobre o capital próprio no valor de R\$18.397 (R\$21.203 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$54.659 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$48.706 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos—Continuação

Informações das investidas

		Suspensys	Master	Jost Brasil	Randon Implementos	Randon			Castertech							
		Sistemas	Sistemas	Sistemas	para o		Randon Brantech	Randon	Fundição e	Randon		Randon	Randon	Fras-le		
	Fras-le S.A.		Automotivos	Automotivos	Transporte	de Consórcios	Implementos para	Argentina		Investimentos	Randon	Automotive	Maghreb	Argentina		
	(*)	Ltda. (*)	Ltda. (*)	Ltda. (*)	Ltda.	Ltda.	o Transporte Ltda	S.A.	Ltda.(*)	Ltda	Middle East	Ltda.	S.Ă.R.L	S.A.	Contro	oladora
															2012	2011
Capital social Quantidade total de ações ou quotas da	170.000	110.000	160.000	5.690	150.000	25.000	8.856	2.593	170.000	50.001	70	49	5	6.147		
investida																
(em lotes de mil) - Ordinárias	66.174	_	_	_	_	_	_	4.884	_		_	_		14.099		
- Preferenciais	36.207	-	-	-	-	-	-	4.004	-	-	-	-	-	14.099		
- Quotas	-	100.000	160.000	5.690	100.000	25.000	8.856	-	170.000	50.000	-	210	100	-		
Participação no capital social, no final																
do exercício - %	45,22	22,88	51,00	51,00	99,99	99,57	99,99	99,96	99,99	99,99	100,00	100,00	100,00	6,00		
Ativos	897.342	441.695	400.474	80.467	273.665	122.925	56.417	51.845	160,198	204.560	-	87	-	36.031		
Passivos	529.309	199.475	119.275	24.554	94.340	68.360	34.739	33.573	36.374	156,582	-	9	26	20.313		
Receita Liquida	662.758	730.941	379.419	168.268	434.707	63.445	70.476	79.545	57.033	16.546	322	1.445	371	71.624		
Patrimônio líquido																
ajustado	368.033	242.220	281.199	55.912	179.325	54.566	21.678	18.271	123.824	47.978	-	78	(25)	15.718		
Lucro líquido (prejuízo)																
do exercício Ajustes de avaliação	24.739	43.106	53.559	15.110	4.730	9.971	2.423	822	(4.095)	239	(95)	24	(21)	5.340		
patrimonial	692	_	-	_	-	-	_	(870)	-	-	8	2	11	(62)	(219)	2.142
Equivalência patrimonial	11.432	10.091	27.374	7.906	4.730	8.771	2.552	826	(4.032)	239	(95)	24	(22)	320	70.116	142.481
Valor do investimento	165.854	54.644	143.130	27.881	179.307	54.331	21.676	18.270	123.541	47.978	`-	78	•	943	837.633	817.196

^(*) Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$578), Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (R\$779), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$282), Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$634) e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (R\$274).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado Bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 2011	351.014	242.518	9.501	10.199	16.434	1.224	980	631.870
Aquisições Baixas Transferências	2.030 (7.814) 1.191	1.498 (248) 2.212	166 (13) -	662 (93)	923 (888) -	22.772 - (2.212)	1.275 - (1.191)	29.326 (9.056)
Saldos em 2012	346.421	245.980	9.654	10.768	16.469	21.784	1.064	652.140

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 2011	(38.354)	(94.287)	(4.935)	(6.917)	(9.282)	-	-	(153.775)
Depreciação Baixas Saldos em 2012	(5.446) 23 (43.777)	(18.900) 220 (112.967)	(604) 6 (5.533)	(1.509) 85 (8.341)	(1.239) 698 (9.823)	- -	- - -	(27.698) 1.032 (180.441)
Valor residual líquido								
Saldos em 2011	312.660	148.231	4.566	3.282	7.152	1.224	980	478.095
Saldos em 2012	302.644	133.013	4.121	2.427	6.646	21.784	1.064	471.699

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado—Continuação

Consolidado

Custo do imobilizado Bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	lmobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 2011	683.737	1.004.968	35.973	25.799	24.514	24.123	4.355	1.803.469
Saldo de abertura aquisição (Controil)	-	105.890	1.827	-	971	4.702	-	113.390
Transferência por conclusão do processo de alocação do								
PPA da Brantech	8.963	1.717	(2)	-	2	4.523	-	15.203
Aquisições	6.848	29.269	1.623	1.475	1.845	150.354	15.197	206.611
Baixas	(7.902)	(5.002)	(352)	(333)	(1.518)	-	-	(15.107)
Transferências/Reclassificação	1.565	18.774	3	(40)	40	(15.434)	(8.507)	(3.599)
Variação cambial	(239)	1.730	(224)	(46)	(35)	559	-	1.745
Saldos em 2012	692.972	1.157.346	38.848	26.855	25.819	168.827	11.045	2.121.712

Importação em

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 2011	(84.914)	(485.770)	(18.166)	(17.736)	(13.510)	-	-	(620.096)
Saldo de abertura aquisição (Controil) Depreciação Baixas Transferência Variação cambial Saldos em 2012	(13.011) 99 - 45 (97.781)	(57.646) (74.300) 3.154 - 30 (614.532)	(1.397) (2.779) 211 857 7 (21.267)	(3.013) 362 (857) 12 (21.232)	(588) (1.864) 1.181 - 1 (14.780)	:	: : : :	(59.631) (94.967) 5.007 - 95 (769.592)
Valor residual líquido								
Saldos em 2011	598.823	519.198	17.807	8.063	11.004	24.123	4.355	1.183.373
Saldos em 2012	595.172	542.833	17.581	5.623	11.039	168.827	11.045	1.352.120

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado—Continuação

Custos de empréstimos capitalizados

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2013.

	Control	adora	Conso	lidado	
	BRG/	AAP	IFRS		
_	2012	2011	2012	2011	
Construções e benfeitorias em imóveis Fabricação e instalação de máquinas e	5.537	1.224	76.887	3.439	
equipamentos	16.015	-	87.205	19.382	
Fabricação de ferramentas	232	-	4.735	1.302	
_	21.784	1.224	168.827	24.123	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve custos de empréstimos capitalizados pela controladora. Em 31 de dezembro de 2011 o montante capitalizado foi de R\$2.799. No consolidado, o montante de custo de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.514 (R\$4.135 em 31 de dezembro de 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,28% a.m. (0,61% em 2011), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$2.764 (R\$3.242 em 31 de dezembro de 2011). Não houve adições ao imobilizado durante o exercício de itens sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro.

Terrenos com valor contábil de R\$78.546 (R\$78.546 em 31 de dezembro de 2011) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de dois empréstimos bancários da Companhia.

Os ativos em construção serão registrados como "terrenos e prédios" após finalização da construção.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

Controladora

		Intangível		
	Marcas e	em	Software e	
Custo ou avaliação	patentes	andamento	licenças	Total
Saldo em 2011	202	51.097	15.874	67.173
Aquisições	-	-	4.665	4.665
Baixas	-	-	(730)	(730)
Transferências	-	(50.577)	50.577	-
Saldo em 2012	202	520	70.386	71.108
Amortização e perda do valor recuperável				
Saldo em 2011	-	-	(11.111)	(11.111)
Amortização	-	-	(7.212)	(7.212)
Baixas			45	45
Saldo em 2012		-	(18.278)	(18.278)
Valor residual líquido				
Saldo em 2011	202	51.097	4.763	56.062
Saldo em 2012	202	520	52.108	52.830

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível—Continuação

Consolidado

Custo ou avaliação	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Software e licenças	Direito de uso de subestação de energia	Ágio	Total
Saldo em 2011	227	100.735	35.995	13.750	9.903	160.610
Aquisições		3.236	8.243	30	-	11.509
Baixas	_	-	(730)	-	_	(730)
Transferências	_	(102.403)	106.002	_	_	3.599
Transferência por conclusão do processo		(102.400)	100.002			0.000
de alocação do PPA da Brantech	_	_	_	_	(9.903)	(9.903)
Variação cambial	_	_	521	_	(0.000)	521
Saldo de abertura pela aquisição da			v =.		_	·
Freios Controil	_	_	2.996	_		2.996
Saldo em 2012	227	1.568	153.027	13.780	-	168.602
Amortização e perda do valor recuperável			4	(5.557)		()
Saldo em 2011	-	-	(25.886)	(2.607)	-	(28.493)
Amortização	-	-	(15.917)	(1.376)	-	(17.293)
Baixas	-	-	45	-	-	45
Transferências	-	-	(265)	-	-	(265)
Variação cambial	-	-	(1.802)	-	-	(1.802)
Saldo em 2012	-	-	(43.825)	(3.983)	-	(47.808)
Valor residual líquido						
Saldo em 2011	227	100.735	10.109	11.143	9.903	132.117
Saldo em 2012	227	1.568	109.202	9.797	-	120.794

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível—Continuação

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada entre 5 e 8 anos, direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

15. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, nas datas base de 31 de dezembro de 2012 e 2011, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo		2012			2011	Depósito Judicial		
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2012	2011
a) cível	495	1.863	1.685	588	296	320	13	13
b) tributário	100	37.767	38.016	1.400	30.220	36.304	285	285
c) trabalhista	2.024	2.106	882	2.588	1.653	720	57	58
d) previdenciário	270	-	-	270	-	-	377	377
Total:	2.889	41.736	40.583	4.846	32.169	37.344	732	733

Consolidado:

Passivo	2012			2011			Depósito Judicial	
contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2012	2011
a) cível	2.239	3.186	5.297	753	2.469	2.673	13	13
b) tributário	3.083	86.581	212.310	1.693	73.405	210.043	14.040	6.823
c) trabalhista	3.851	8.526	2.023	4.984	8.297	1.933	419	408
d) previdenciário	4.563	9.296	-	5.013	9.088	-	1.199	2.412
Subtotal:	13.736	107.589	219.630	12.443	93.259	214.649	15.671	9.656

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Cível – Trata-se de ações de cobrança que têm por objeto a discussão quanto à obrigação de pagar contribuição sindical com base na CLT art. 578, sendo um processo movido contra a Companhia e os demais movidos contra as sociedades controladas, as quais foram incorporadas.

Tributário – Representado por autuações federais que se encontra, em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) <u>COFINS</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$8.898 pela compensação da COFINS com FINSOCIAL. Os créditos já foram compensados e a Companhia está buscando judicialmente o reconhecimento de tais compensações. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia.
- b) Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$13.255, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ e CSLL, com débitos de IRPJ e CSLL estimados, referentes ao período em que foram efetuadas operações societárias de incorporação e cisão parcial. Aguardando julgamento de embargos de declaração interpostos pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Consolidado—Continuação

Tributário—Continuação

- c) Exclusão de ICMS da Base de Cálculo PIS/FINSOCIAL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$17.801, por compensação realizada e não homologada, derivada de créditos obtidos em processo judicial. Aguardando julgamento, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, de Recurso Especial de Divergência apresentado pela Companhia.
- d) IRPJ e CSLL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$5.935, relativamente a suposto débito de IRPJ e CSLL decorrente de benefício fiscal relativo a crédito de juros sobre o capital próprio pago aos acionistas, apurado em valor excedente ao limite legal no ano calendário de 2007. O excesso refere-se a juros sobre o capital próprio reconhecidos no exercício de 2007, relativo ao ano base de 2003. Aguardando julgamento de Recurso.
- e) IRPJ A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$4.239, referente à cobrança de débito em razão da não-homologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no anocalendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de manifestação de inconformidade.
- f) <u>IPI</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$3.953, relativamente a não-homologação de compensações de Impostos Federais referente à compra de créditos de terceiros. Aguardando julgamento de manifestação de inconformidade.
- g) <u>PIS e COFINS</u> A Companhia apresentou manifestação de Inconformidade contra o despacho decisório, que deferiu parcialmente pedido de compensação de créditos de PIS e COFINS reconhecido por decisão transitada em julgado. O valor atualizado do débito é R\$807. Aguardando julgamento do recurso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- h) <u>Compensação Créditos de Terceiros</u> A Companhia está sendo executada pela União Federal relativamente a cobrança de créditos tributários oriundos de processos administrativos decorrentes de compensações de débitos com créditos de terceiros, no valor de R\$6.522. A Companhia apresentou embargos à execução.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Consolidado—Continuação

Tributário—Continuação

- h) Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido A controlada Fras-le S.A. foi autuada no valor atualizado de R\$10.789, pela Receita Federal do Brasil referente à não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida, do crédito de exportação a título de IPI.
- j) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte – A controlada Fras-le S.A. foi autuada no valor atualizado de R\$131.347 e a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. no valor atualizado de R\$5.597, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. Os processos estão em andamento na esfera administrativa.
- k) Imposto de Renda e Contribuição Social A controlada Fras-le S.A. retificou as declarações de rendimentos dos anos base de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e parcelas a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal do Brasil glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O valor atualizado do processo é de R\$7.891. Os processos estão em andamento na esfera administrativa.
- IPI, PIS, COFINS A contralada Fras-le S.A. retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$10.416. No primeiro semestre de 2012 foi realizado um depósito judicial referente a este processo no valor de R\$7.223, nº 5012882902114047107, com a finalidade de ser discutida a desconsideração da dedutibilidade da assunção de dividas objeto da retificação da declaração de rendimentos do exercício de 1996, ano base 1995 e consequentemente, a desconsideração dos valores a restituir

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Consolidado—Continuação

Tributário—Continuação

- m) Imposto de Importação A controlada Fras-le S.A. foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor atualizado de R\$7.321. A controlada apresentou impugnação, suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- n) <u>IPI</u> A controlada Fras-le S.A. foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$4.629. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.
- o) Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo atualizado é de R\$1.905.
- p) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) A controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no valor total atualizado de R\$7.801, decorrente de alegada irregularidade na determinação do benefício de redução de ICMS através do programa FUNDOPEM/Nosso Emprego. O valor inclui principal, multa e juros. Em 24 de janeiro de 2007, como resultado da impugnação apresentada pela Empresa, os cálculos do débito foram refeitos pela autoridade fiscal. O valor da causa foi reduzido no exercício de 2008 em razão da sentença de ação anulatória realizada pela Empresa, sendo o novo valor atribuído a mesma de R\$3.317. Em dezembro de 2010, a autoridade autuante converteu a multa de ofício, inicialmente tipificada como básica, aplicada no percentual de 60%, para multa qualificada no percentual de 120%, gerando assim uma autuação complementar no valor de R\$482. A controlada apresentou impugnação tempestivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Consolidado—Continuação

Tributário—Continuação

- q) II e IPI Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra as controladas Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., no valor total atualizado de R\$7.946, e Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$1.515, sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*. Aquardando prova pericial.
- r) <u>Crédito presumido de IPI</u> Refere-se à notificações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor total de R\$1.476, através das quais o fisco indeferiu o pedido de ressarcimento de crédito presumido feito pela Empresa e solicitou o pagamento do imposto correspondente. O valor inclui principal, multa e juros.
- s) Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço Refere-se à autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul contra as controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$8.061, Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$1.314, Fras-le S.A., no valor de R\$2.346 e Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, no valor de R\$3.955, através das quais o fisco constatou adjudicação do beneficio fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos estão aguardando julgamento de recursos junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.
- t) ICMS Diferença de alíquota do ICMS Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo decorrente da diferença de alíquota do ICMS de 12% para 18%, no valor atualizado de R\$9.722. Processo está em andamento na esfera administrativa.

Trabalhista – diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios.

Previdenciário – autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujo valor atualizado na causa da controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. é de R\$695.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Consolidado—Continuação

Previdenciário—Continuação

Autuações do INSS que se encontram em fase de julgamento na Receita Federal do Brasil, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujos valores atualizados da causa na controlada Suspensys Sistemas Automotivos é de R\$4.894, na controlada Master Sistemas Automotivos é de R\$1.924 e na controlada Jost Sistemas Automotivos é de R\$921.

O demonstrativo, na data base 31 de dezembro de 2012, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Ativo		2012			2011	
Contingente	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	8.978	3.638	2.368	8.153	4.055	718
(b) Previdenciário	125	-	19	125	-	2.412
(c)Tributário	1.184	7.080	73	1.184	9.512	1.298
Total	10.287	10.718	2.460	9.462	13.567	4.428

- a) <u>Cível</u> trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.
- b) <u>Tributário</u> representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.
- c) Previdenciário tratam-se de ações em que a Companhia e suas controladas buscam a redução das alíquotas relativas à contribuição para o Seguro de Acidente de Trabalho, em face dos enquadramentos de risco acidentário expedidos pelo Poder Executivo e ações que buscam a desobrigação da Companhia em relação à majoração da alíquota da Contribuição Social em favor do INSS, de 15% para 20%.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios—Continuação

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 2011	Adição	Exclusão	Saldo em 2012
Cíveis	588	131	(224)	495
Trabalhistas	2.588	564	(1.128)	2.024
Tributárias	1.400	-	(1.300)	100
Previdenciário	270	-	·	270
	4.846	695	(2.652)	2.889

Consolidado

	Saldo em 2011	Adição	Exclusão	Saldo em 2012
Cíveis	753	1.765	(279)	2.239
Trabalhistas	4.984	981	(2.114)	3.851
Tributárias	1.693	3.191	(1.801)	3.083
Previdenciário	5.013	288	(738)	4.563
	12.443	6.225	(4.932)	13.736

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Financiamentos e empréstimos

				Controladora		Consolidado	
	1.1				AAP		RS
Circulante	Indexador	Juros	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Circulante Moeda nacional:							
FINAME	TJLP	5.5% a.a.	15/03/2013	65.575		65.575	
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/02/2020	12.157	14.186	26.710	27.488
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a.a.	20/04/2019	2.428	14.100	12.803	27.400
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3.0% a.a.	28/02/2021		_	1.198	_
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	42.721	38.122	66.627	74.093
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	342.805	177.966	504.710	301.598
Captação no mercado aberto	TJLP	0,9% a 3,0% a.a.	15/12/2017	-	-	12.860	7.461
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	3,0% a 7,2% a.a.	15/12/2017	-	-	25.599	12
Moeda estrangeira: Adiantamentos de contratos de							
câmbio de pré-pagamento de	., . ~						
exportação de	Variação cambial +	4 70/ 0 00/	4.4/4.4/0040			40.440	00.570
US\$ 22.730 mil	Libor	1,7% a 2,8% a.a.	14/11/2013	-	-	46.449	39.578
Financiamento de US\$ 29.477 mil	Variação cambial + Libor	2,0% a 5,7% a.a.	20/03/2020	41.822	3.566	60,237	17.267
03\$ 29.477 Hill	LIDOI	2,0 % a 3,1 % a.a.	20/03/2020	41.022	3.300	00.237	17.207
Empréstimo de capital							
de giro de US\$ 1.400 mil	Badlar	9,7% a 9,9% a.a.	30/06/2016	-	-	4.211	2.626
BNDES	UMBNDES / Variação						
-	Cambial	1,9% a 2,5 % a.a.	15/01/2018	4.982	1.541	9.004	3.926
				512.490	235.381	835.983	474.049
Não circulante							
Moeda nacional:							
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/02/2020	49.074	61.092	93.822	100.166
Financiamentos	CDI/TJLP	1,2% a.a.	20/04/2019	200.000	-	242.563	-
Incentivo fiscal –							
Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	28/02/2021	-	-	54.402	51.568
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	80.943	123.107	136.010	212.900
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	-	340.318		500.977
Captação no mercado aberto	_ TJLP	0,9% a 3,0% a.a.	15/12/2017	-	-	29.377	22.863
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	3,0% a 7,2% a.a.	15/12/2017	-	-	72.547	33
Moeda estrangeira:							
Financiamento de	Variação cambial +						
US\$ 176.455 mil	Libor	2,0% a 5,7% a.a.	20/03/2020	204.350	36.268	360.586	96.564
Empréstimo de capital de							
giro de US\$ 5.681 mil	Badlar	9,7% a 9,9% a.a.	30/06/2016	-	-	11.609	17.184
BNDES	UMBNDES / Variação						
	Cambial	1,9% a 2,5 % a.a.	15/01/2018	11.918	3.184	24.539	7.384
				546.285	563.969	1.025.455	1.009.639
				1.058.775	799.350	1.861.438	1.483.688

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Financiamentos e empréstimos—Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$311.903 (R\$248.852 em 31 de dezembro de 2011), hipoteca no valor de R\$20.829 (R\$20.829 em 31 de dezembro de 2011); bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$70.423 (R\$70.603 em 31 de dezembro de 2011); notas promissórias e carta fiança no valor de R\$75.159 (R\$85.265 em 31 de dezembro de 2011).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2012, os contratos de financiamento da Randon S.A. Implementos e Participações, junto ao International Finance Corporation – IFC, apresentaram desenquadramento do índice de endividamento líquido com relação ao EBITDA. A Companhia têm tomado providências, no sentido de restabelecimento dos indicadores de performance pactuados. Adicionalmente, o montante total desse contrato foi reclassificado para o passivo circulante. Para a controlada Fras Le S.A, todos os índices foram atendidos.

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Randon S/A, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 0,9% a 3,0% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações tem taxa fixa que varia de 3,0% a 7,2% a.a.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros entre 3% a.a. e 4% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado é no valor de R\$50.269 (R\$68.468 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Financiamentos e empréstimos—Continuação

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

17. Capital social e reservas

Ações autorizadas

	2012	2011
Ações ordinárias	90.000	90.000
Ações preferenciais	180.000	180.000
	270.000	270.000

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinár	ias	Preferenciais		
	Em milhares R\$000		Em milhares	R\$000	
Em 31 de dezembro de 2011	81.888	245.210	161.897	484.790	
Em 31 de dezembro de 2012	81.888	245.210	161.897	484.790	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas—Continuação

Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2011	2.756	(22.071)
Em 31 de dezembro de 2012	2.756	(22.071)

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2012 é de R\$34.974 (R\$23.481 em 2011).

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas—Continuação

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

				Ajuste avaliação pa			
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Custo atribuído ao ativo biológico	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições (baixas) no exercício	5.567 (45)	118.544 (5.270)	1.280 (124)	(1.484) 2.142	124 (796)	1.665 (606)	125.696 (4.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Adições (baixas) no exercício	5.522 (45)	113.274 (4.829)	1.156 (250)	658 (219)	(672) 867	1.059 898	120.997 (3.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.477	108.445	906	439	195	1.957	117.419

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas—Continuação

Outros resultados abrangentes--Continuação

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundição Ltda. em 01 de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Reserva para ajuste do custo atribuído do ativo biológico

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo de área de reflorestamento mantido pela Companhia conforme pronunciamento técnico CPC 29 – Ativos Biológicos, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior conforme o pronunciamento técnico CPC 02R — Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício à funcionários conforme o pronunciamento técnico CPC33 - Benefício a Empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	42.562	269.149
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	5.079	5.394
Lucro líquido do exercício ajustado	47.641	274.543
Reserva legal (5%)	(2.382)	(13.727)
(+) Realização de reserva de reavaliação	45	45
Lucro base para distribuição	45.304	260.861
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	13.592	78.258
. ,		
Juros sobre capital próprio	14.999	62.700
Imposto de renda (15%)	(2.249)	(9.404)
Dividendos complementares	842	24.962
Total dos dividendos mínimos propostos pela administração	13.592	78.258

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Deliberação da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

A Administração da sociedade proporá pagar os dividendos complementares de 2012, 11 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos complementares equivalem a R\$0,0035 por ação ordinária e R\$0,0035 por ação preferencial.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2012 como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$14.999 (R\$62.700 em 31 de dezembro 2011) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$5.100, (R\$21.318 em 31 de dezembro de 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

19. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro por ação--Continuação

	2012		20)11
	Ordinárias Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do exercício Média ponderada de ações emitidas (em	14.458	28.104	91.442	177.707
milhares) Lucro por ação – básico e diluído	81.888 0,18	159.141 0,18	81.888 1,12	159.141 1,12

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Conso	lidado	
	BRG	SAAP	IFRS		
	2012	2011	2012	2011	
Imposto de renda e contribuição social correntes:					
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(466)	(39.408)	(47.650)	(148.392)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos:					
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	8.784	(2.940)	16.550	8.912	
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração					
do resultado	8.318	(42.348)	(31.100)	(139.480)	
·				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

	Controladora BRGAAP		Consolidado	
			IFF	RS
	2012	2011	2012	2011
Demonstração consolidada do resultado abrangente Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial – <i>Randonprev</i> Resultado abrangente nas controladas	(300) (609)	217 505	(300) (609)	217 505
- -	(909)	722	(909)	722

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	2012	2011	2012	2011
Lucro contábil antes dos impostos	34.244	311.497	132.152	519.817
À alíquota fiscal de 34%	11.643	105.909	44.932	176.738
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	2.375	3.721	3.785	6.653
Juros sobre capital próprio	1.235	-	-	-
Exclusões permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(23.839)	(48.443)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	(14.110)	(10.652)	(28.027)
Incentivo à tecnologia	-	(3.305)	(5.217)	(10.719)
Deduções	-	(2.406)	(2.007)	(5.510)
Outros itens	268	982	259	345
Imposto de renda e contribuição social no resultado				
do exercício	(8.318)	42.348	31.100	139.480
Alíquota efetiva	-	13,6%	23,3%	26,8%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

Controladora:

	Balanço patrimonial BRGAAP		Resultado	
			BRG	AAP
	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais a compensar	10.132	-	10.132	_
Provisão para comissões e fretes	5.987	2.604	3.383	(24)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.406	3.416	(10)	(1.482)
Provisão para garantias	5.350	5.742	(392)	1849
Provisão para mercadoria a entregar	551	-	551	(1044)
Provisão estoques obsoletos	882	118	764	(604)
Operações de derivativos	18	215	(197)	215
Provisão participação nos resultados	1.880	6.584	(4.704)	(264)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(749)	(505)	(244)	254
Provisão para litígios	982	1.648	(666)	(596)
Provisão desvinculo de funcionários	1.272	1.074	198	(70)
Provisões diversas e outros	1.471	1.569	(97)	(547)
Randonprev avaliação atuarial	(1.196)	(681)	(215)	(151)
Depreciação acelerada incentivada	(4.037)	(3.546)	(491)	(1.280)
Valor justo ativo imobilizado	(31.810)	(32.548)	738	771
Reavaliação a realizar	(3.094)	(3.128)	34	33
Receita de imposto de renda e contribuição				
social diferidos			8.784	(2.940)
Passivo fiscal diferido líquido	(8.955)	(17.438)		. ,

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

Consolidado:

	Balanço patrimonial IFRS		Resultado IFRS	
_				
_	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais a compensar	40.272	24.904	15.368	7.941
Provisão para comissões e fretes	9.052	4.945	4.107	1.326
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.940	4.958	1.982	(725)
Provisão para garantias	7.787	6.855	932	1.494
Provisão para mercadoria a entregar	606	901	(295)	(2.317)
Provisão estoques obsoletos	1.612	537	1.075	(1.264)
Operações de derivativos	96	1.424	(1.328)	1.063
Provisão participação nos resultados	5.470	13.748	(8.278)	91
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(746)	2.817	(3.563)	379
Provisão para litígios	3.168	4.230	(1.062)	(703)
Provisão desvínculo de funcionários	2.055	1.708	347	(71)
Provisões diversas e outros	6.049	6.653	2.733	(2.393)
Randonprev avaliação atuarial	(2.769)	(1.711)	(758)	(278)
Depreciação acelerada incentivada	(5.962)	(6.487)	525	(541)
Valor justo ativo imobilizado	(79.369)	(78.578)	4.378	5.231
Reavaliação a realizar	(3.095)	(3.482)	387	(321)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			16.550	8.912
Ativo fiscal diferido	5.211	3.105		
Passivo fiscal diferido	(14.045)	(19.683)	=	

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$99.591 (R\$61.409 em 31 de dezembro de 2011), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, sem prazo de prescrição. O registro e a manutenção do imposto e da contribuição social diferidos ativos estão suportados por estudo elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos dentro de um período estimado de dez anos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Refere-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferido para a administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, estes recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo.

22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	BRG	BRGAAP		RS
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas	1.934.057	2.328.448	4.372.427	5.304.251
Devolução de vendas	(25.387)	(39.193)	(66.143)	(88.593)
Ajuste a valor presente	(16.531)	(23.527)	(37.036)	(59.723)
Impostos sobre a venda	(338.495)	(414.826)	(767.327)	(999.539)
Receita operacional líquida	1.553.644	1.850.902	3.501.921	4.156.396

23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado segregado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado segregado por natureza:

-	Controladora BRGAAP			lidado RS	
-	2012 2011		2012	2011	
Despesas por função					
Custo dos produtos vendidos	(1.321.042)	(1.467.009)	(2.769.743)	(3.137.503)	
Despesas com vendas	` (147.229)́	` (145.647)	(359.959)	` (351.014)	
Despesas administrativas e gerais	`(66.582)	(60.653)	(163.847)	(140.740)	
Remuneração e participação dos administradores	(10.913)	(10.271)	(19.964)	`(21.579)	
Outras despesas operacionais	(25.535)	(28.340)	(52.818)	(68.757)	
	(1.571.301)	(1.711.920)	(3.366.331)	(3.719.593)	
Despesas por natureza					
Depreciação e amortização	(34.910)	(27.340)	(112.260)	(87.463)	
Despesas com pessoal	(238.633)	(261.282)	(660.498)	(699.360)	
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.071.614)	(1.217.713)	(1.901.634)	(2.323.722)	
Fretes	(46.809)	(37.718)	(107.471)	(116.377)	
Outras despesas	(179.335)	(167.867)	(584.468)	(492.671)	
-	(1.571.301)	(1.711.920)	(3.366.331)	(3.719.593)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Contro	oladora	Consolidado IFRS		
	BRG	AAP			
	2012	2011	2012	2011	
Ordenados e salários	182.947	173.217	524.207	507.169	
Custos de previdência social	25.843	34.748	73.667	84.822	
Custos relacionados a aposentadoria	1.941	1.803	4.486	4.489	
	210.731	209.768	602.360	596.480	

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros referente ao exercício de 2012 foi no valor de R\$5.557(R\$24.760 em 31 de dezembro de 2011), na controladora e R\$20.467 (R\$57.553 em 31 de dezembro de 2011), no consolidado.

25. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado durante o exercício financeiro totalizam R\$16.347 (R\$16.201 em 31 de dezembro de 2011), na controladora e R\$45.660 (R\$52.543 em 31 de dezembro de 2011), no consolidado.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consc	olidado
	BRG	SAAP	IF	RS
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Variação cambial	20.632	37.969	39.925	74.139
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	42.779	61.075	83.491	121.195
Receitas de operações de swap	-	-	2.754	3.732
Ganhos com outras operações de derivativos	1.392	797	1.273	894
Rendimentos de contratos de mútuos	39	402	39	30
Ajuste a valor presente	17.691	22.854	34.854	50.091
Outras receitas financeiras	705	2.910	12.296	8.146
	83.238	126.007	174.632	258.227
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(42.955)	(43.325)	(74.604)	(80.492)
Juros sobre financiamentos	(56.205)	(38.911)	(92.566)	(71.000)
Despesas de operações de swap	-	-	(2.040)	(3.363)
Perdas com outras operações de derivativos	(1.871)	(1.529)	(1.871)	(3.061)
Despesas de contratos de mútuos	(1.201)	(2.283)	(1.627)	(2.118)
Ajuste a valor presente	(3.891)	(7.351)	(5.711)	(16.390)
Outras despesas financeiras	(9.359)	(11.411)	(31.980)	(21.765)
	(115.482)	(104.810)	(210.399)	(198.189)
Resultado financeiro	(32.244)	21.197	(35.767)	60.038

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Controladora:

		Valor contábil Valor justo		r justo		
	Nota	Categoria	2012	2011	2012	2011
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	556.503	281.516	556.503	281.516
Aplicações financeiras de						
liquidez não imediata	6	(b)	92.503	229.873	92.259	230.180
Clientes	7	(a)	306.969	222.601	306.969	222.601
Consórcio para revenda		(a)	7.383	9.241	7.383	9.241
Mútuos a receber	10	(a)	12	159	12	159
Instrumentos financeiros derivativos	27	(b)	182	-	182	-
Passivos						
Empréstimos e financiamentos						
em moeda nacional	16	(c)	(795.703)	(754.791)	(795.108)	(754.791)
Empréstimos e financiamentos		` ,	` ,	,	` ,	,
em moeda estrangeira	16	(c)	(263.072)	(44.559)	(262.967)	(44.559)
Mútuos a pagar	10	(c)	(8.389)	(29.276)	(8.389)	(29.276)
Instrumentos financeiros derivativos	27	(b)	-	(633)	-	(633)
Total			(103.612)	(85.869)	(103.156)	(85.562)

Categorias:

- (a) (b) Empréstimos e recebíveis
- Valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e financiamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Consolidado:

			Valor o	contábil	Valor justo		
	Nota	Categoria	2012	2011	2012	2011	
Ativos							
Caixa e equivalente de caixa Aplicações financeiras de	5	(a)	855.255	736.191	855.255	736.191	
liquidez não imediata	6	(b)	244.183	367.959	244.561	369.359	
Clientes	7	(a)	764.255	616.495	764.255	616.495	
Consórcio para revenda		(a)	27.677	24.823	27.677	24.823	
Instrumentos financeiros							
derivativos	27	(b)	1.867	197	1.867	197	
Passivos							
Empréstimos e financiamentos							
em moeda nacional	16	(c)	(1.356.889)	(1.299.159)	(1.356.002)	(1.299.159)	
Empréstimos e financiamentos		()	,	,	,	,	
em moeda estrangeira	16	(c)	(504.549)	(184.529)	(504.205)	(184.529)	
Mútuos a pagar	10	(c)	`(16.779)	(27.865)	`(16.779)	(27.865)	
Instrumentos financeiros		` ,	` '	,	, ,	,	
derivativos	27	(b)	(225)	(4.187)	(225)	(4.187)	
Total			14.795	229.925	16.404	231.325	

Categorias:

- (a) Empréstimos e recebíveis
- (b) Valor justo por meio do resultado
- (c) Empréstimos e financiamentos

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

<u>Nível 1</u>:preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

<u>Nível 2</u>:outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

<u>Nível 3</u>:técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possuí apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2012, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Controladora

Controladora				
		Cenário		
		Provável	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	(Valor Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	R\$	44.759	55.787	67.463
	Depreciação	da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		6,9%	8,6%	10,4%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	24.690	62.146	99.603
Empresantos e i mandamentos	Apreciação		25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros	-	_ , .		
		Provável	Possível	Remoto
TJLP		5,5%	6,9%	8,3%
URTJLP		2,0%	2,5%	3,0%
CDI		6,9%	8,6%	10,4%
IPCA		5,8%	7,3%	8,8%
LIBOR Semestral		0,5%	0,6%	0,8%
Variação Cambial		2,04	2,55	3,07
BADLAR		15,4%	19,3%	23,1%
0	Manda	Cenário Provável	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	(Valor Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	R\$	74.956	93.424	112.978
	Depreciação	da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		6,9%	8,6%	10,4%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Empréstimos e Financiamentos	R\$	27.096	104.527	181.958
	Apreciação	da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros		D (B	5
T " 5		Provável	Possível	Remoto
TJLP		5,5%	6,9%	8,3%
URTJLP		2,0%	2,5%	3,0%
CDI		6,9%	8,6%	10,4%
IPCA		5,8%	7,3%	8,8%
LIBOR Semestral		0,5%	0,6%	0,8%
Variação Cambial		2,04	2,55	3,07
BADLAR		15,4%	19,3%	23,1%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou variação positiva de 8,94% (12,58% positiva em 2011). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil					
	Contro	ladora	Consol	lidado		
	BRG	AAP	IFRS			
	2012	2011	2012	2011		
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	56.294	36.787	81.379	97.225		
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	128.736	23.755	252.819	98.373		
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	89	(337)	804	(2.127)		
D. Superavit (Déficit) apurado (A-B+C)	(72.353)	12.695	(170.636)	(3.275)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

		Controladora					
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B			
Taxa Déficit apurado	Alta do US\$	2,04 147.853	2,55 184.817	3,06 221.780			
Taxa Déficit apurado	Baixa do US\$	2,04 147.853	1,53 110.890	1,02 73.927			
	_		Consolidado				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B			
Taxa Déficit apurado	Alta do US\$	2,04 348.695	2,55 435.868	3,06 523.042			
Taxa	Baixa do US\$	2,04	1,53	1,02			

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de estrutura de capital--Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

Controladora

	Nota	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	16	1.058.775	799.350
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(556.503)	(281.516)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	6	(92.503)	(229.873)
Dívida líquida		409.769	287.961
Patrimônio		1.369.496	1.354.272
Capital Social e dívida líquida		1.779.265	1.642.233
Quociente de alavancagem		23,0%	17,5%

Consolidado

	Nota	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	16	1.861.438	1.483.688
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(855.255)	(736.191)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	6	(244.183)	(367.959)
Dívida líquida		762.000	379.538
Patrimônio		1.369.496	1.354.272
Capital Social e dívida líquida		2.131.496	1.733.810
Quociente de alavancagem		35,7%	21,9%

Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com aproximadamente 13 clientes (10 clientes em 31 de dezembro de 2011) que deviam à Companhia mais de R\$9.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 31.6% (33,2% em 31 de dezembro de 2011) de todos os recebíveis devidos. Em 31 de dezembro de 2012, 12 clientes (8 clientes em 31 de dezembro de 2011) apresentavam saldos superiores a R\$10.000. sendo responsáveis por mais de 30,3% (30,2% em 31 de dezembro de 2011) dos valores a receber. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora:

Exercício findo em 31 de	Menos de	3 a 12		Mais de 5	
dezembro de 2012	3 meses	meses	1 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	80.673	431.817	475.016	71.269	1.058.775
Fornecedores	89.867	2	-	-	89.869
	170.540	431.819	475.016	71.269	1.148.644

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Consolidado:

Exercício findo em 31 de dezembro	Menos de	3 a 12		Mais de 5	
de 2012	3 meses	meses	1 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	108.940	727.043	904.646	120.809	1.861.438
Fornecedores	207.213	92	-	-	207.305
Instrumentos Financeiros Derivativos	225	-	=	-	225
•	316.378	727.135	904.646	120.809	2.068.968

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

A partir de 2010, algumas operações de NDFs foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge* accounting"), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604/09. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. A Companhia registra em conta especifica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

A operação de *swap* cambial refere-se à operação de troca de indexadores, sobre um valor nocional, onde a Companhia na ponta ativa recebe a variação cambial entre um período de início de contrato até o vencimento, pagando na ponta passiva a variação da CDI descontado de deságio pré-fixado para cada vencimento.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia e suas controladas verificadas em 31 de dezembro de 2012, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Controladora

	Valo Refer	or de ência		or de ência	_		em milhares Valor de Custo –		Efeito Acumulado em 2012– em milhares de R\$(crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2011 – em milhares de R\$(crédito) / débito	
	Notion milhares	al – em de Euro		al – em s de R\$			em milhares de R\$- (crédito) / débito					
Descrição /				•					Valor	Valor	Valor	Valor
Contraparte	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	Recebido	Pago	recebido	pago
NDF	1.430	-	3.854	-	182	-	182	-	700	(89)	-	-
Total	1.430	-	3.854	-	182	-	182	-	700	(89)	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Consolidado

		Valor de Valor de Referência Referência			Efeito Acumulado Valor de Custo – em 2012– em Efeito Acumulad							
	milha	al – em res de S\$		al – em es de R\$	milhare	sto – em s de R\$- / débito	em milh R\$- (cr dét		milhar R\$(cré déb	dito) /	2011 – em de R\$(cr débi	édito) /
Descrição / Contraparte	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
DF	(31.300)	36.500	(64.676)	63.506	34	(4.187)	34	(4.187)	224	(6.618)	1.113	(334)
WAP	5.901	7.062	12.059	13.247	1.426	197	1.426	197	-	(514)	-	(1.355)
otal	(25.399)	43.562	(52.617)	76.753	1.460	(3.990)	1.460	(3.990)	224	(7.132)	1.113	(1.689)

ND SW Tot

NDF Total

	Valo Refer		Valo Refer		Valor Jus em milha	res	Valor de Cu		Efeito Acumi em 2012-	em	Efeito Acumu	
	Notiona		Notion		de R\$- (crédito)/	em milhare R\$- (crédit	io) /	milhares (R\$(crédito		em 2011 – e milhares d	le
Descrição /	milhares	ae Euro	milhare	s de K\$	débito		débito		débito Valor	Valor	R\$(crédito) / d Valor	Valor
Contraparte	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	recebido	pago	recebido	pago
NDF	1.430	-	3.854	-	182	-	182	-	700	(89)	-	-
Total	1.430	-	3.854	_	182	-	182	_	700	(89)	-	

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Controladora

Valor de referência

	(Notional)		Valor justo			
Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011	
€	1.430	-	R\$	182	-	
€	1.430	-	R\$	182	-	
	Moeda €	(Notional) Moeda 2012 € 1.430	Moeda 2012 2011 € 1.430 -	(Notional) Moeda 2012 2011 Moeda € 1.430 - R\$	(Notional) Valor justo Moeda 2012 2011 Moeda 2012 € 1.430 - R\$ 182	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Consolidado

Valor	· de	refe	rên	cia
-------	------	------	-----	-----

	(Notional)			Valor justo			
Descrição	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011	
NDF - hedge accounting							
Banco do Brasil	USD	1.000	4.000	R\$	35	(575)	
HSBC	USD	3.000	8.700	R\$	(125)	(1.028)	
Banco Itaú BBA	USD	(23.500)	8.000	R\$	(158)	(803)	
Banco Santander	USD	5.700	10.900	R\$	173	(1.379)	
Banco Votorantin	USD	(16.000)	4.900	R\$	(184)	(402)	
Banco Bradesco	USD	2.500	-	R\$	168	-	
Banco Safra	USD	(4.000)	-	R\$	125	-	
Swap							
Banco Itaú BBA	USD	5.901	7.062	R\$	1.426	197	
Total	USD	(25.399)	43.562	R\$	1.460	(3.990)	

Valor de referência

		(Notional)		Valor justo			
Descrição	Moeda	2012	2011	Moeda	2012	2011	
NDF Banco Santander	€	1.430	-	R\$	182	-	
Total	€	1.430	-	R\$	182	-	

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

Controladora

		2012	
	•	De 31 a 180	
Descrição	Até 30 dias	dias	Total líquido
NDF - €	469	961	1.430
Total	469	961	1.430

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Consolidado

			2012			2011
		De 31 a 180	De 181 a 365	Acima de 365		
Descrição	Até 30 dias	dias	dias	dias	Total líquido	Total líquido
NDF - USD	-	(38.800)	7.500	-	(31.300)	6.000
Swap - USD	97	484	580	4.740	5.901	8.223
Total	97	(38.316)	8.080	4.740	(25.399)	14.223

	2012							
	De 31 a 180							
Descrição	Até 30 dias	dias	Total líquido					
NDF - €	469	961	1.430					
Total	469	961	1.430					

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Ganhos e Perdas registradas no

	Resultado						
	Alocado na Receita Bruta em			Alocado no Resultado Financeiro em		Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido*	
Descrição	Moeda	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Operações de Proteção Cambial							
Contratos NDF (Non Deliverable							
Forwards)	R\$	(3.233)	1.062	(598)	(2.167)	307	(3.555)
Swap	R\$	-	-	714	369	-	-
Total	R\$	(3.233)	1.062	116	(1.798)	307	(3.555)

^{*} Valor sem os efeitos dos impostos.

Espera-se que os valores incluídos em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2012 afetem a demonstração do resultado com uma perda de R\$307 em 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Controladora						
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B				
NDF – Compra	Baixa do €	182	(923)	(1.846)				
	_	O a sa é sal a	Consolidado					
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B				
NDF - Compra	Baixa do USD	(184)	(25.727)	(51.317)				
NDF - Venda SWAP	Alta do USD Baixa do USD	218 1.426	(9.432) 1.069	(19.350) 713				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas às empresas:

		Contr	oladora	Consc	olidado
		BRO	GAAP	IF	RS
	Tipo de garantia	2012	2011	2012	2011
Master Sistemas					
Automotivos Ltda.	Avais e fianças	1.917	7.626	1.917	7.626
Jost Brasil Sistemas	•				
Automotivos Ltda.	Avais	403	1.513	403	1.513
Fras-le S.A.	Avais e fianças	84.973	29.293	84.973	29.293
Randon Argentina S.A.	Fianças	26.063	23.549	26.063	23.549
Castertech Fundição e	•				
Tecnologia Ltda.	Aval	74.711	82.575	74.711	82.575
Suspensys Sistemas	Avais, fianças e				
Automotivos Ltda.	propriedade				
	fiduciária	64.501	51.775	64.501	51.775
Banco Randon S.A.	Aval	59.335	52.521	59.335	52.521
Total		311.903	248.852	311.903	248.852

A Companhia não possui quaisquer outros compromissos de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes Empresas Randon:

<u>Segmento de veículos e implementos</u>: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2012 e 2011 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda., Randon Argentina S.A., Randon Middle East, Randon Automotive Ltda. e Randon Maghreb S.A.R.L., sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semi-reboques, vagões ferroviários, caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.

Segmento de autopeças: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2012 e 2011 das empresas Fras-le S.A., Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.

<u>Segmento de serviços</u>: refere-se ao resultado das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, e Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S.A.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das Empresas (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações por segmento--Continuação

a) Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
_	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receita líquida para terceiros Receita líquida intersegmentos (1)	1.849.530 290.980	2.066.834 350.828	1.572.400 426.020	2.027.755 496.247	79.991 -	61.807	- (717.000)	- (847.075)	3.501.921 -	4.156.396
Receita líquida	2.140.510	2.417.662	1.998.420	2.524.002	79.991	61.807	(717.000)	(847.075)	3.501.921	4.156.396
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.833.945)	(1.931.401)	(1.624.025)	(2.025.230)	(6.028)	-	694.255	819.128	(2.769.743)	(3.137.503)
Lucro bruto	306.565	486.261	374.395	498.772	73.963	61.807	(22.745)	(27.947)	732.178	1.018.893
Despesas operacionais	(224.913)	(143.804)	(204.014)	(195.133)	(63.702)	(50.569)	(71.630)	(169.608)	(564.259)	(559.114)
Resultado financeiro líquido	(35.209)	21.453	(4.724)	39.964	3.162	(333)	1.004	(1.046)	(35.767)	60.038
Lucro do segmento (antes dos impostos sobre o lucro) (2)	46.443	363.910	165.657	343.603	13.423	10.905	(93.371)	(198.601)	132.152	519.817
Ativos operacionais (3)	1.527.412	1.256.871	965.728	1.176.061	214.805	98.990	(107.060)	(50.285)	2.600.985	2.481.637
Passivos operacionais (4)	1.387.133	1.019.300	814.989	823.891	148.245	36.802	(95.061)	(29.224)	2.255.306	1.850.769
Ativo não circulante (5)	631.433	613.514	840.095	699.602	2.575	3.115	(1.189)	(741)	1.472.914	1.315.490

- 1) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
- 2) O lucro referente a cada segmento operacional.
- 3) Os ativos dos segmentos não incluem despesas antecipadas (R\$9.972), direitos por recursos de consórcios (R\$66.884), cotas de consórcio (R\$27.677), depósitos judiciais (R\$15.671), impostos diferidos (R\$5.211), ativos biológicos (R\$6.806) e outras contas (R\$55.033).
- 4) Os passivos dos segmentos não incluem impostos diferidos (R\$15.103), dividendos (R\$5.432), Juros sobre capital próprio (R\$12.407), participação dos empregados e dos administradores (R\$21.346), obrigações por recursos de consorciados (R\$66.884), partes relacionadas (R\$16.779), provisão para litígio (R\$13.736) e outras contas (R\$59.715).
- 5) Ativo não circulante composto por ativo imobilizado e ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações por segmento--Continuação

b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Veículos e Implementos		Autopeças		Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Região:										
Mercado nacional	1.808.657	2.118.896	1.734.368	2.259.696	79.991	61.807	(698.750)	(823.624)	2.924.266	3.616.775
Mercosul e Chile	180.517	223.545	63.595	67.223	-	-	`(18.250)	(23.451)	225.862	267.317
Nafta	29	54	143.128	139.239	-	-	•	` <u>-</u>	143.157	139.293
Europa	22	419	11.837	12.195	-	-	-	-	11.859	12.614
África	63.804	47.929	5.579	5.589	-	-	-	-	69.383	53.518
América Central e outros										
países da América do Sul	80.674	22.311	13.579	12.546	-	-	-	-	94.253	34.857
Oriente Médio	-	69	10.297	11.767	-	-	-	-	10.297	11.836
Ásia	-	_	2.313	1.945	-	-	-	-	2.313	1.945
Oceania	-	-	2.264	1.628	-	-	-	-	2.264	1.628
Outros	6.807	4.439	11.460	12.174	-	-	-	-	18.267	16.613
Total	2.140.510	2.417.662	1.998.420	2.524.002	79.991	61.807	(717.000)	(847.075)	3.501.921	4.156.396

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente a um dos clientes totalizou R\$269.756 (R\$482.244 em 31 de dezembro de 2011), resultante de vendas feitas pelo segmento de autopeças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado Total dos limites de indenização		
	Risco coberto	2012	2011	
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	439.072	347.306	
√eículos	Casco	12.282	12.193	
Aeronaves	RETA, responsabilidade civil e casco	23.436	21.557	
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	6.658	13.088	
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	34.050	33.139	
Acidentes pessoais	Danos pessoais	34.614	41.048	
		550.112	468.331	

31. Evento subsequente

Em 16 de janeiro de 2013 foi celebrado entre a Randon S.A. Implementos e Participações e o Banco Bradesco BBI S.A. o "Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Sério Única, da Espécie Quirográfica, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 2ª (segunda) Emissão Pública da Randon S.A. Implementos e Participações", no valor de R\$300.000, tendo a liquidação ocorrido no dia 21 de janeiro de 2013.